

Luiz Felipe Ferreira dos Santos

LIMITES DA
COISA JULGADA
NA REPARAÇÃO
DE DANOS
A DIREITOS
INDIVIDUAIS
HOMOGÊNEOS

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

STJ00107874

Copyright © 2019 by Luiz Felipe Ferreira dos Santos

Categoria: Acesso à Justiça

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Bianca Callado

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SA237I

Santos, Luiz Felipe Ferreira dos.

Limites da coisa julgada na reparação de danos a direitos individuais homogêneos / Luiz Felipe Ferreira dos Santos. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.

244 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 207-228.

ISBN 978-85-519-1232-4

1. Acesso à justiça. 2. Coisa julgada. 3. Ação civil pública. 4. Ação coletiva. 5. Direito individual homogêneo.
I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	VII
Apresentação	IX
1 Introdução	1
2 Estado Democrático de Direito e o Acesso à Justiça	7
2.1 Direito fundamental do acesso à justiça e sua evolução.....	11
2.2 Dimensões dos Direitos fundamentais	22
2.3 Processo como instrumento de acesso à justiça.....	28
2.4 Direito à duração razoável do processo. Do individual ao coletivo e a ação coletiva como instrumento de acesso à justiça e garantia de direitos	35
3 Ações Coletivas	43
3.1 Tutela de Direitos Coletivos e Tutela Coletiva de Direitos	43
3.2 Painel Histórico da Ação Coletiva	49
3.3 Princípios Fundamentais das Ações Coletivas	55
3.4 Da representação à substituição processual	64
3.5 Legitimidade ativa nas ações coletivas	67
3.6 Os sindicatos e as associações como instrumentos de acesso aos direitos.....	71
3.7 Ações Coletivas e o sistema de precedentes. Por segurança jurídica, igualdade e integridade.....	75
4 Coisa Julgada na Tutela dos Direitos Individuais Homogêneos	83

4.1 Da coisa julgada no processo individual para a coisa julgada no processo coletivo	88
4.2 Formação da coisa julgada.....	90
4.3 Limites subjetivos da coisa julgada nas ações que tratam de direitos individuais homogêneos	94
4.3.1 Limites subjetivos da coisa julgada na ação que trata de direitos individuais homogêneos e a Lei 9.494/97...	96
4.4 Limites territoriais	103
4.5 As cortes extremas e a coisa julgada nos direitos individuais homogêneos	106
4.5.1 O Supremo Tribunal Federal e os Recursos Extraordinários 573.232 e 612.043	107
4.5.1.1 O Supremo Tribunal Federal e o Recurso Extraordinário 573.232.....	107
4.5.1.2 O Supremo Tribunal Federal e o Recurso Extraordinário 612.043	118
4.5.2 O Superior Tribunal de Justiça e os Recursos Especiais números 1.243.386 e 1.243.887, 1.123.833 e 1.380.337	140
4.5.2.1 O Superior Tribunal de Justiça e o Recurso Especial número 1.243.887.....	141
4.5.2.2 O Superior Tribunal de Justiça e o Recurso Especial número 1.243.386.....	146
4.5.2.3 O Superior Tribunal de Justiça e os Recursos Especiais números 1.123.833 e 1.380.337	151
5 Vetores para Formação da Conclusão.....	159
5.1 Diferenciação Realizada. Ação Coletiva de Rito Ordinário, Ação Civil Pública e Mandado de Segurança Coletivo	161
5.2 Princípios do não retrocesso e do processo civil de resultados.....	173

5.3 Direito fundamental ao acesso efetivo à justiça, igualdade e a dignidade da pessoa humana.....	177
5.4 Respeito ao Devido Processo Legal e a necessária ampliação do contraditório na liquidação e execução do título.....	183
5.5 O posicionamento atual e a criação de super-legitimados.....	188
5.6 O Ordenamento Jurídico tratado como um sistema e com integridade.....	189
6 Conclusão.....	197
Referências.....	207